



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA  
11 DE SETEMBRO DE 2025**

**Presidente**

Maria Eugénia Pimentel Leal

**Deputados**

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

António José Braga Sousa

Mariana Ferreira Salema

Bruno Gonçalo da Ponte Paiva

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Maria Rita Cabral Rodrigues

Sara Maria Couto Botelho

Alexandre Custódio Batista da Câmara de  
Amaral

Nuno Alexandre Teixeira Sociedade

Teresina de Fátima Garça Carreiro Teixeira

Alexandre Alberto Andrade Duarte

Armando dos Santos Rodrigues

Liliana Maria Martins Dias

Iola Maria dos Santos Pacheco Silva

Helena Margarida Vieira de Medeiros Andrade

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa

Emanuel Frias Santos

Arménio Maurino Correia Jardim

Luís Filipe Marques Soares Gomes

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Rui Simas Santos

**Secretários**

Bruno Miguel Arruda Machado

Maria da Conceição Frias Santos



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA

11 DE SETEMBRO DE 2025

### ÍNDICE

REGISTO DE PRESENÇAS

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

### ORDEM DO DIA

PONTO UM – I. N.º 9667/2025 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL  
CAMARÁRIA FINANCEIRA E RELATÓRIO FINANCEIRO

PONTO DOIS – I. N.º 8950/2025 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ABERTURA  
DE PROCEDIMENTO - AJUSTE DIRETO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE  
CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA MORADIA SITA NA RUA DA CRUZ À  
RIBEIRA, N.º 11 - RIBEIRA SECA - VILA FRANCA DO CAMPO

PONTO TRÊS – I. N.º 8970/2025 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - COLOCAÇÃO  
DE SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA ROTUNDA DA  
RUA DE SÃO JOÃO (LOTEAMENTO DE SÃO JOÃO) - FREGUESIA DE RIBEIRA  
SECA

PONTO QUATRO – I. N.º 9403/2025 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -  
ABERTURA DE PROCEDIMENTO - AJUSTE DIRETO - AQUISIÇÃO DE  
SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA  
EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO CONCELHO  
DE VILA FRANCA DO CAMPO

PONTO CINCO – I. N.º 8286/2025 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE  
MOTORIZAÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO  
MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO – 2.º TRIMESTRE 2025

PONTO SEIS – I. N.º 9275/2025 - INFORMAÇÃO - INFORMAÇÃO FINANCEIRA  
SEMESTRAL – 2025



*[Handwritten signatures]*

## ANTES DA ORDEM DO DIA

### REGISTO DE PRESENÇAS

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão **com exceção do deputado municipal Pedro Miguel Peres da Costa Pereira, ausente por motivo justificado e que se fez representar pela deputada municipal Helena Margarida Vieira de Medeiros Andrade. Igualmente ausente esteve o deputado municipal Rui Nelson Furtado Amaral.** -----

Assistiram à reunião a Presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, o Vice-Presidente Carlos Manuel Melo Pimentel e os vereadores municipais Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Emanuel Sousa Medeiros e Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa, **com exceção da vereadora municipal Eunice Maria Pinheiro Sousa.** -----

### APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

Procedeu-se à aprovação da ata da sessão anterior, tendo a mesma sido aprovada por maioria (uma abstenção do PS). -----

### PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

O deputado municipal Flávio Pacheco apresentou o seguinte voto de congratulação: ----

*"A valorização e manutenção do espaço público constituem pilares fundamentais da ação autárquica, promovendo não apenas a imagem e o embelezamento do concelho, mas também a defesa da saúde pública, a higiene urbana e a qualidade de vida das populações. Sempre que se verificam iniciativas que reforçam estes princípios, é dever da Assembleia Municipal reconhecê-las e enaltece-las, sublinhando o papel das instituições locais na promoção do bem-estar coletivo e na preservação do património comunitário.* -----

*A Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo manifesta a sua mais elevada congratulação à Câmara Municipal pela intervenção levada a cabo no local conhecido como "A Balança".* -----

*Apesar de se tratar de um espaço sob tutela do Governo Regional, a Câmara Municipal, demonstrando um elevado sentido de responsabilidade e compromisso com a defesa do interesse público, promoveu junto das entidades competentes a autorização necessária para proceder à sua limpeza.* -----

*Importa ainda destacar que a Câmara Municipal procedeu de forma diligente à reparação e manutenção dos caixotes do lixo, bem como à colocação de floreiras que dignificam e embelezam o nosso Concelho, revelando um cuidado especial na valorização estética e ambiental de Vila Franca do Campo.* -----

*Esta atuação traduz-se num contributo direto para a valorização do espaço público, para*





*a salvaguarda da saúde pública e para a promoção da higiene urbana, garantindo melhores condições para os cidadãos e visitantes. Ao mesmo tempo, reflete uma clara preocupação em dotar o concelho de espaços mais cuidados, acolhedores e ambientalmente harmoniosos, elevando a imagem e a qualidade de vida coletiva. -----*

*A Assembleia Municipal reconhece, assim, o empenho da Câmara Municipal em assumir um papel ativo e proativo na resolução de situações que, apesar de não estarem diretamente sob as suas competências, se revelam fundamentais para o bem-estar da população e para o desenvolvimento harmonioso do concelho. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem propor um voto de congratulação pelas diligências supramencionadas". -----*

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que a bancada parlamentar do PSD se associava ao voto de congratulação apresentado, considerando que uma das principais preocupações de um município era cuidar do seu espaço público. Prosseguiu questionando o motivo de a limpeza não ter sido efetuada com mais frequência anteriormente. -----

A Presidente da Câmara Municipal recordou que só tomou posse como Presidente da Câmara Municipal no dia doze de junho, e que, embora fizesse parte do elenco camarário anterior, cada qual pensava por si. Prosseguiu dizendo que, no seu caso e da sua equipa atual, concluíram ser a medida mais apropriada, recordando que a limpeza da Casa da Balança foi um pedido dirigido ao senhor Secretário Regional das Finanças, sendo que ela própria também falou pessoalmente sobre o assunto com o senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, o qual intercedeu a favor e a quem agradecia pela intervenção realizada. Terminou referindo que, considerando ser algo bom para o concelho, o mesmo não deveria ser alvo de críticas, sendo que o importante era que o serviço estava concluído. -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Casa da Balança tinha sido entregue à autarquia quatro anos antes, sendo que a autarquia teve de devolver o imóvel ao Governo Regional, por não ter feito nada no espaço. Mais disse que se associavam ao voto apresentado, considerando os contratempos que a falta de limpeza causava aos moradores da zona, lamentando a demora na limpeza efetuada. -----

A Presidente da Câmara Municipal referiu que desconhecia que o imóvel pertencesse à Câmara Municipal. Mais disse que apenas tinha conhecimento de um documento no qual era referido que o imóvel poderia pertencer à autarquia, mas que nunca o aceitaram, considerando que foram apresentadas algumas condições pouco claras, nomeadamente o desconhecimento do termo e prazo que seria atribuído. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que a Presidente da Câmara Municipal tinha sido Vice-presidente nos oito anos anteriores e que a cedência e posse do imóvel tinha sido tratado em sessão da Assembleia Municipal com a sua presença, pelo que a mesma não poderia afirmar que desconhecia. -----

A Presidente da Câmara Municipal reafirmou que o que tinha em sua posse era um documento que propunha que a Casa da Balança passasse a pertencer à Câmara Municipal ou à Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, não tendo ficado decidido. Mais disse que a chave que recebeu do espaço foi entregue por parte do Governo





*Handwritten signatures in blue ink.*

Regional. -----  
Colocado à votação o voto de congratulação, foi aprovado por maioria (um voto contra do PSD). -----

O deputado municipal Bruno Machado apresentou a seguinte declaração de voto: -----

*“Apesar do embelezamento e da limpeza do concelho ser algo benéfico para todo o concelho e freguesias, não posso concordar que só no último ano do mandato estejamos aqui a aprovar um voto de congratulação por causa da limpeza do nosso concelho quando todos os dias nos chegam relatos do Facebook (e outros) de ratos, baratas a voar. Não quero crer que seja, porque é um período pré-eleitoral, que se tenta maquilhar o que se passou nesses quatro anos que foi uma verdadeira inação desta Câmara. Tenho dito.”* -----

O deputado municipal Flávio Pacheco apresentou a seguinte declaração de voto: -----

*“A declaração de voto do Partido Socialista é favorável a este ponto, uma vez que aquele espaço nunca esteve na tutela da Câmara Municipal. Havia um documento onde era proposto, pelo Governo Regional, que trazia condições que a Câmara Municipal não aceitava. Ora, só há um acordo quando as duas partes aceitam. A Câmara Municipal não aceitou, logo não tem qualquer responsabilidade ou competência nessa matéria. Assim sendo, a Câmara Municipal, diligentemente, fez os seus contatos com quem tem a competência, que é o Governo Regional, e, neste sentido, fez uma coisa que não era da sua responsabilidade, mas assumiu esta responsabilidade fazendo a limpeza da Balança, daí o nosso voto favorável a este voto”.* -----

A deputada municipal Mariana Salema apresentou o seguinte voto de congratulação: ----

*“Considerando que a Crença e o jornal Correio dos Açores, através das suas administrações e redações, disponibilizaram-se, de forma gratuita para a autarquia, a publicar a rubrica “A Voz dos Eleitos”;* -----

*Considerando que esta colaboração, realizada sem qualquer custo para a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, constituiu um exemplo de responsabilidade social e de serviço à comunidade;* -----

*Considerando que a iniciativa “A Voz dos Eleitos” nasceu de uma proposta do PSD, aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal, tendo como principal objetivo aproximar os cidadãos da atividade política local, promovendo transparência, credibilidade e combate à abstenção;* -----

*Considerando que esta mesma iniciativa foi determinante para a distinção nacional recebida pela Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo com a atribuição do Prémio de Boas Práticas de 2025;* -----

*Considerando que ao longo dos últimos três anos a Crença e o Correio dos Açores contribuíram, de forma continuada, para uma democracia local mais participativa e consciente, recordando que apenas munícipes informados podem ser cidadãos ativos, no espírito do 25 de Abril;* -----

*Assim, a bancada de deputados municipais do PSD propõe a aprovação de um voto de congratulação à Crença e ao Correio dos Açores, em reconhecimento público pelo relevante contributo prestado à promoção da democracia local e ao fortalecimento da cidadania em Vila Franca do Campo”.* -----



O deputado municipal Flávio Pacheco referiu que o grupo parlamentar do Partido Socialista se associava ao voto de congratulação apresentado, por ser importante valorizar os jornais locais, sobretudo os que ainda mantinham o modelo físico por escrito, com muito custo, sendo algo louvável. Mais disse que se associavam ao voto, principalmente ao jornal A Crença, por ser de Vila Franca do Campo, e que fazia, também, um trabalho exemplar. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que estendia o voto de congratulação aos deputados municipais do PSD, PS e, também, à Mesa da Assembleia Municipal, pelos contributos e artigos que redigiram sempre que foram convocados. Mais disse que todos, sem exceção, tinham tido muita qualidade e assertividade, tendo sido muito valorizados, não só na comunidade, mas também fora dela, pelo que estavam todos de parabéns. Referiu que a publicação dos artigos redigidos pelos deputados municipais funcionou muito bem, tendo contribuído para o prémio que a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo recebeu. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira, no uso da palavra que lhe foi conferida, referiu que se esqueciam que havia uma faixa muito elevada de pessoas que não liam os jornais referidos, sendo que a Assembleia Municipal fomentava um concurso literário que devia ter mais atenção com uma faixa elevada de pessoas que não têm acesso a meios de leitura. A Presidente da Assembleia Municipal recordou que existiam outros meios os quais podiam ser acedidos pelas pessoas, nomeadamente as próprias reuniões da Assembleia Municipal. Terminou referindo que, dificilmente, conseguiriam chegar a todas as pessoas, mas que não podiam descurar o que constituía uma elevação dos órgãos autárquicos, sobretudo pela capacidade de opinião das bancadas presentes, e pela capacidade de chegar a públicos para além de Vila Franca do Campo. -----

Colocado à votação o voto de congratulação, foi aprovado por unanimidade. -----

A deputada municipal Margarida Pinheiro apresentou o seguinte voto de congratulação:

*“O Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo não pode deixar de se associar, com elevado apreço e reconhecimento, ao percurso académico e científico da jovem vila-franquense Daniela Maria Frias Cabral, natural de Água d’Alto, de 27 anos de idade. -----*

*Daniela Cabral licenciou-se em Património Cultural e Arqueologia e concluiu o Mestrado em Arqueologia e o Mestrado em Antropologia Forense, tendo realizado, entre outubro de 2024 e setembro de 2025, o Estágio L em Arqueologia e Antropologia Forense na Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, sob orientação do Técnico Superior de Arqueologia e História, Dr. Diogo Teixeira Dias. -----*

*Em 2025 iniciou o seu percurso de doutoramento em Antropologia, na Faculdade de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, tendo-lhe sido recentemente atribuída uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento da sua tese intitulada “Espaços de fé, morte e memória: perspetiva sobre as práticas funerárias em igrejas e conventos femininos em Portugal continental e insular”. -----*

*O projeto de investigação incluirá o estudo arqueológico e antropológico da Igreja de Santo André, em Vila Franca do Campo, contribuindo assim para a valorização*





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*científica, patrimonial e cultural do concelho. -----*  
*Para além do seu percurso académico, Daniela Cabral tem já assegurado, no âmbito do seu Estágio L, a difusão nacional e internacional da investigação realizada em Vila Franca do Campo, através da publicação de artigos, participação em congressos e apresentação de comunicações científicas, promovendo o nome do concelho no panorama científico e cultural. -----*

*Assim, o Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo propõe congratular publicamente Daniela Maria Frias Cabral, pelo seu percurso académico e científico, reconhecendo o mérito, dedicação e relevância do seu trabalho nas áreas da Arqueologia e Antropologia; enaltecer o seu contributo prestado à valorização do património histórico e cultural de Vila Franca do Campo, em particular com a integração da Igreja de Santo André na sua investigação de doutoramento; dar conhecimento do presente voto à própria homenageada, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e à Fundação para a Ciência e Tecnologia". -----*

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que era sempre salutar e de realçar o mérito académico de qualquer vila-franquense, não só pela excelência académica, mas sobretudo quando tal excelência era obtida através da valorização das suas gentes, património e tradições. Terminou informando que o Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo se associava, em pleno, ao voto de congratulação apresentado. -----

Colocado à votação o voto de congratulação, foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado municipal Bruno Paiva apresentou o seguinte voto de recomendação: -----

*"Considerando que a interrupção do fornecimento de água afeta diretamente serviços essenciais, recomenda-se que, sempre que se verifique cortes no abastecimento de água, para além do aviso que é feito nas redes sociais, seja igualmente comunicado com a devida antecedência ao Centro de Saúde de Vila Franca do Campo e ao Lar Bom Jesus da Pedra. Esta medida irá permitir que estas instituições possam organizar, atempadamente, os banhos e outros cuidados necessários aos nossos doentes e idosos".*

Colocado à votação o voto de recomendação, foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado municipal Alexandre Duarte, no uso da palavra que lhe foi conferido, requereu um ponto de situação relativamente à posse administrativa do aquaparque e quais as soluções previstas, a médio e longo prazo, para o espaço. -----

A Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham tomado posse do espaço, o qual se encontrava degradado e sem iluminação, sendo que tentaram acautelar a segurança durante a noite, em permanência, para evitar problemas de vandalismo, assim como a iluminação já tinha sido restituída numa zona. Relativamente à parte administrativa, a mesma encontrava-se em execução fiscal, considerando que o adjudicatário foi informado de que estava em falta o pagamento da dívida com os respetivos agravamentos, correspondentes a cerca de 84.000,00€ (oitenta e quatro mil euros). Mais disse que, considerando que o adjudicatário não respondeu à carta ao fim do prazo de dez dias, passou então para execução fiscal. Relativamente ao futuro do espaço, referiu ser prematuro dizer o que fariam do mesmo, mas que já tinha sido abordada por locais, e não só, com interesse em explorar a parte do restaurante e da sala de eventos, mas que





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

ninguém se tinha mostrado interessado na parte do aquaparque em si. Por fim, considerando se tratar de um período de fim de mandato eleitoral, referiu não achar eticamente correto, de sua parte, que avançassem com algum tipo de iniciativa, pelo que aguardariam. -----

A deputada municipal Sara Botelho, no uso da palavra que lhe foi conferida, requereu uma explicação relativamente ao facto do autocarro municipal estar parado, o qual estava com problemas, tendo resultado no cancelamento de algumas atividades. -----

A Presidente da Câmara Municipal referiu que, durante o verão, o autocarro esteve parado durante um mês para ser efetuada a respetiva revisão, assim como foi atribuído um período de descanso ao condutor. Recordou que o condutor era, frequentemente, solicitado durante o período da noite. -----

A deputada municipal Sara Botelho requereu um ponto de situação relativamente ao concurso para a contratação de novos colaboradores para a Câmara Municipal. -----

A Presidente da Câmara Municipal informou que decorria o concurso para as chefias de divisão, estando concluída a avaliação curricular após o júri se ter reunido, pelo que passariam à fase seguinte, nomeadamente da entrevista, sendo que a parte curricular tinha um peso de 40% e a entrevista um peso de 60% na avaliação final. Mais disse que os restantes concursos seguiriam o seu percurso seguidamente. -----

A deputada Sara Botelho, relativamente à empreitada de apartamentos na Rua Pão do Vigário, recordou que foram informados, na sessão anterior, que a conclusão da obra tinha sido adiada para o mês de agosto. Prosseguiu questionando se havia algum prazo de conclusão, considerando que ainda não estava concluída, e se a lista de candidatos que ficariam com as habitações já tinha alguma data prevista para ser disponibilizada, considerando que não dependia da conclusão da empreitada. -----

A Presidente da Câmara Municipal informou que ocorreu um pedido de prorrogação do prazo pelo empreiteiro, o qual findava a seis de outubro. Relativamente à listagem de selecionados, a mesma ainda não estava concluída, tendo em conta o elevado número de candidaturas, pelo que continuavam a decorrer as visitas domiciliárias para verificar se os dados fornecidos eram verdadeiros. Mais disse que, após aquele trabalho, seria redigida uma listagem feita de acordo com o regulamento que também estava a ser finalizado. ---

A deputada municipal Sara Botelho referiu que entendiam que se tratasse de um processo longo, mas que, quando a conclusão de uma obra era adiada duas ou três vezes e não dependendo da sua conclusão o processo de seleção, seria expectável que já tivessem sido selecionadas as pessoas que lá ficariam a residir. Mais disse que o Presidente da Câmara Municipal anterior referiu que havia uma lista permanente na Câmara Municipal, não existindo uma lista própria para a colocação de candidatos nos apartamentos do Pão do Vigário, sendo que, à partida, já deveria existir uma lista de candidatos. Prosseguiu dizendo que sentiam que a Presidente da Câmara Municipal e o seu executivo camarário estavam a adiar o anúncio, deliberadamente, dos selecionados para os apartamentos, por recearem a reação das centenas de pessoas que concluiriam que não iriam obter uma casa, também. -----

A Presidente da Câmara Municipal referiu que lamentava que a deputada municipal Sara Botelho pensasse daquela forma. Prosseguiu dizendo que, de facto, a autarquia dispunha





de uma listagem de pessoas que aguardavam alojamento, mas que, com a possibilidade de existirem mais candidaturas, ocorreu um acréscimo das mesmas, as quais rondavam as 350 (trezentos e cinquenta) candidaturas, exigindo um trabalho muito maior, acrescido do facto de o Gabinete de Ação Social estar desprovido de recursos humanos, recordando que cederam recursos humanos para a CPCJ de Vila Franca do Campo, assim como para a Secção Administrativa, uma vez que a respetiva chefe administrativa se tinha aposentado. Terminou referindo que nunca fizeram nada no sentido de obter qualquer aproveitamento político ou partidário da situação. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que a falta de pessoal não era imputável, considerando que o atual executivo camarário não tinha tido um chefe de divisão da área administrativa durante todo o mandato, mas que entendia o motivo de tal acontecer, o qual não diria por razões óbvias. Mais disse que a Presidente da Câmara Municipal não podia alegar que seria devido à falta de uma administrativa, pois, a seu ver, o serviço parar por uma administrativa da autarquia se encontrar de férias significava uma total falta de organização, não sendo culpa dos colaboradores, mas de quem os orientava, ou não. Mais disse que se tratava de uma questão de organização afirmar que a obra era atrasada durante três períodos porque uma colaboradora administrativa se encontrava de férias, sendo que aceitaria argumentos relativos a constrangimentos ou outras dificuldades na obra, sendo algo normal quando não existia um chefe de divisão administrativa durante quatro anos. Relativamente ao regulamento, referiu que o mesmo não era resultado do atual executivo nem do seguinte, considerando que a lei 81/2014 de 19 de dezembro é que estabelece todos os requisitos pelos quais deverão ser atribuídas as casas às pessoas, não competindo ao executivo decidir quem fica ou não. Mais disse que o regulamento teria de espelhar todas as formas decididas. Prosseguiu dizendo que se ouvia algumas pessoas pelas ruas afirmando que a atribuição de um apartamento lhes estava garantido, pelo que conhecia pelo menos quinze pessoas que proferiam tais afirmações em público. Referiu que lhe apareceu um senhor, no seu escritório, querendo efetuar uma denúncia do seu contrato de arrendamento, porque iria deixar a casa onde residia em novembro para se mudar para um apartamento na Rua Pão do Vigário, ao qual lhe respondeu que nada ainda estava decidido. Mais disse que não se tratava de aproveitamento político de nenhuma das bancadas parlamentares, mas sim que se relacionava com o facto de algumas pessoas terem tal ideia, que tinha de ser rebatida considerando que não havia, naquele momento, apartamentos garantidos para ninguém. Referiu que havia pessoas a denunciar contratos de arrendamento porque assumiam que se iriam mudar em outubro/novembro seguinte, sendo que estas não deveriam tomar decisões que poderiam prejudicar bastante as suas vidas com base em algo que poderia não acontecer. -----

A Presidente da Câmara Municipal referiu ter ficado triste com a apreciação efetuada pela sua colega que referiu se tratar de aproveitamento político. Prosseguiu dizendo que não tinha sido dada palavra ou garantia a ninguém que iria receber um apartamento na Rua Pão do Vigário. Referiu existir uma lista de candidatos enorme, estando os técnicos a realizar as visitas domiciliárias, não havendo nenhuma seleção até ao momento. Mais disse que o “diz que disse” não podia ser evitado, mas que nunca tinha prometido nada a



H  
A  
S

ninguém, nem tal fazia parte da sua maneira de ser. -----

A deputada municipal Mariana Salema referiu que 350 candidaturas acarretavam um esforço bastante significativo, recordando que questionou o Presidente da Câmara Municipal anterior sobre quais seriam os critérios e se existiria, ou não, um regulamento. Prosseguiu dizendo que, após consulta, foi informada que a existência de um regulamento não era obrigatória e que a seleção obedeceria ao primeiro direito, cujo teor lhe parecia ser pouco claro. Referiu que, independentemente do tempo que o processo demoraria a finalizar, seria bom para os munícipes se tivessem algum conhecimento sobre o retrato social prévio das candidaturas recebidas e quais os critérios utilizados, de modo a entender as principais dificuldades que o concelho enfrenta. -----

A Presidente da Câmara Municipal referiu que, ao falar de alojamento, não se referia apenas aos apartamentos em construção do Pão do Vigário, como também a outros alojamentos, os quais os munícipes também podiam concorrer. Referiu que os realojamentos seriam destinados, principalmente, a famílias carenciadas com filhos, e que os critérios seriam publicados posteriormente. -----

A deputada municipal Iola Silva, no uso da palavra que lhe foi conferida, recordou que, de acordo com a ata da sessão anterior, estavam a falar do mesmo assunto, a colocar as mesmas perguntas e o que tinha sido tratado, citando que *“é um processo de candidatura específico que, não sendo autónomo para quem já se tinha inscrito em juntas de freguesia anteriormente. Mais disse que as obras do PRR não poderiam ser alojadas a residentes de uma zona específica por se tratar de financiamentos europeus”*. Prosseguiu dizendo que ninguém estava a tirar aproveitamento político e que estavam a perder tempo sobre um assunto que já tinha sido aprovado em ata e debatido na sessão anterior. -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu achar não estarem a perder tempo com o assunto, considerando que se tinham passado alguns meses durante os quais não houve novas informações. -----

O deputado municipal Emanuel Santos, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que deveriam elevar o discurso e defender o que era realmente necessário para o concelho. Prosseguiu relatando que, logo no início da sessão, foram dirigidas críticas as quais davam má imagem às bancadas parlamentares e ao concelho em geral. Prosseguiu dizendo que, ao invés de estarem a debater soluções para os munícipes, estavam a tentar denegrir a imagem da Presidente da Câmara Municipal, sendo que o que desejavam era ter uma participação que valorizasse o município. Agradeceu aos seus colegas presidentes de juntas de freguesia com os quais teve oportunidade de trocar ideias, independentemente da cor partidária, referindo que outros escolheram a via do insulto, no passado. Prosseguiu recordando que o jardim do aldeamento (Água d’Alto) não possui luzes, sendo que a Junta de Freguesia de Água d’Alto já tinha procedido à retificação do problema por diversas vezes, considerando que a destruição dos candeeiros era frequente e relatando uma situação recente, na qual teve de se deslocar ao local para fechar a porta do quadro elétrico, aberta indevidamente. Prosseguiu requerendo uma porta do quadro elétrico reforçada e mais robusta, assim como uma solução para evitar a destruição futura dos candeeiros públicos. -----





A Presidente da Câmara Municipal referiu que averiguiariam a situação e tentariam encontrar uma solução. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros realçou que o deputado municipal Emanuel Santos era dos poucos que sempre deram a sua opinião de uma forma elevada e capaz, muitas das vezes não acompanhado pelos seus colegas de bancada, alguns dos quais pouco ouviu nos quatro anos anteriores. Prosseguiu dizendo que a reflexão do deputado municipal Emanuel Santos estava correta, mas que a mesma deveria ter sido mais frequente, sendo que um deputado municipal não se podia demitir da sua função, nomeadamente fiscalizar a execução dos orçamentos, das decisões e não-decisões, e com a existência de problemas durante quatro anos fingindo que os mesmos eram inexistentes. Prosseguiu dizendo que a sua bancada cumpriu a sua função de fiscalização pelo melhor do concelho, não estando em causa querer deixar mal, ou não, a Presidente da Câmara Municipal, mas que atualmente se encontravam numa situação pior que a anterior, pelo que achava positivo falar repetidamente sobre um assunto, por demonstrar que há três anos que relatavam determinados problemas, como a situação do aquaparque, sendo que o executivo camarário tinha adiado o assunto até ao momento, encontrando-se, presentemente, numa situação na qual o adjudicatário estava ausente e deixou uma dívida de 80.000,00€ (oitenta mil euros) à autarquia, quando foram alertados para o mau negócio desde o início. Prosseguiu dizendo que o Presidente da Câmara anterior, Dr. Ricardo Rodrigues, lhes tinha mentido na sessão da Assembleia Municipal realizada anteriormente em Ribeira Seca, na qual foi referido que já tinham tomado posse administrativa do aquaparque, com a conivência dos vereadores municipais e da Vice-presidente, a qual nunca o tinha contrariado anteriormente, mas que depois a atual Presidente da Câmara Municipal lhes disse a verdade, nomeadamente que a posse do espaço ainda não tinha ocorrido. Prosseguiu dizendo que, aquando da negociação que iriam efetuar com o adjudicatário, o Presidente da Câmara Municipal anterior não acautelou o facto de, se o senhor Oleg [adjudicatário] quisesse realizar a concessão, que pagasse primeiro os 50.000,00€ (cinquenta mil euros) que devia à autarquia, o que não aconteceu. Referiu que alertaram para o problema, assim como para muitos outros, pelo que não podiam achar que tudo estava bem no concelho, quando não estava nem nunca estaria, mas que diversas questões se tinham degradado de forma visível, com responsabilidade coletiva, considerando que o Dr. Ricardo Rodrigues, enquanto Presidente da Câmara Municipal, possuía um voto, acrescido de outros sete vereadores que compunham o executivo camarário. Mais disse que as decisões do Dr. Ricardo Rodrigues foram tomadas com a solidariedade dos seus vereadores, sendo que não as tomou sozinho, pelo que os deputados municipais executaram a sua função, bem ou mal, mas sempre com elevação na Assembleia Municipal. -----

O deputado municipal Emanuel Santos referiu que discordava da afirmação anterior do deputado municipal Hélder Medeiros, nomeadamente que o concelho se encontrava pior do que quatro anos antes. Prosseguiu dizendo que o seu colega apenas estava a relatar a parte negativa, mas que também tinham ocorrido momentos positivos, reconhecendo que nenhum município conseguia realizar tudo. -----



## PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram inscrições. -----

### ORDEM DO DIA

#### **PONTO UM – I. N.º 9667/2025 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL CAMARÁRIA FINANCEIRA E RELATÓRIO FINANCEIRO -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida documentação com informação sobre atividade municipal camarária e relatório financeiro: -----

##### *Informação sobre Atividade Municipal Camarária e Relatório Financeiro*

##### *Empreitada de Ampliação do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo – 2.ª Fase*

✓ Aguarda início de candidatura. -----

##### *Empreitada de Construção de Edifício Multifamiliar (28 Fogos) – Rua Pão do Vigário*

✓ Obra a decorrer. -----

##### *Empreitada de Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Freguesia de Água d'Alto -----*

✓ Obra a decorrer. -----

##### *Empreitada de Construção de Parque de Estacionamento em Água d'Alto -----*

✓ Obra concluída. -----

##### *Aquisição de Contentores de Recolha Seletiva de Resíduos para o Concelho de Vila Franca do Campo -----*

✓ Aguarda receção de brindes (sacos de compras e de separação de resíduos) para dar início à entrega dos contentores porta-a-porta. -----

##### *Aquisição de Serviços para a “Proteção das Nascentes de Água da Mãe d'Água e do Galego com Recurso a Soluções de Engenharia Natural” do Projeto LIFE 19 IPC/PT Sub-Ação C5.1 -----*

✓ Obra a decorrer. -----

##### *Empreitada de Ampliação do Cemitério de Ponta Garça -----*

✓ Obra a decorrer. -----

##### *Empreitada de Reforço da Muralha do Forte do Corpo Santo -----*

✓ Obra a aguardar início. -----

##### *Empreitada de Requalificação/Arranjo Urbanístico na Zona do Poço Largo e Envolvertes -----*

✓ Obra a aguardar início. -----

##### *Empreitada de Recuperação e Adaptação de Moradia a Dois Fogos - Rua Carreira*





**Meio Moio n.º 16 - Ponta Garça** -----

- ✓ Obra em fase processual final. -----

**Empreitada de substituição dos vãos da fachada do edifício da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo** -----

- ✓ Obra a aguardar início. -----

**Atividades Culturais, Sociais e Desportivas**

- ✓ Formação em Vidrados Coloridos na Olaria do Museu -----
- ✓ I Festival de Cerâmica -----
- ✓ Feira de Artesanato e Gastronomia (Largo Bento de Góis) -----
- ✓ Lançamento do livro “E Assim Nasceu Ponta Garça!” -----
- ✓ Feira do Livro Usado (Mercado Municipal) -----
- ✓ Dia Mundial da Criança -----
- ✓ Viagem a Espanha e França (Programa Seniores Ativos 60+) -----
- ✓ Inauguração da exposição “Transformação” de Pamela Gregan (Centro Cultural) -
- ✓ Workshop de Pintura em Acrílico com Pamela Gregan (Centro Cultural) -----
- ✓ Feira de São João (Mercado Municipal) -----
- ✓ Participação da Olaria de Vila Franca do Campo na exposição “Portugal Cerâmico” em Bruxelas -----
- ✓ Viagem a Espanha (Programa Seniores Ativos 60+) -----
- ✓ Lançamento do livro “Armando Côrtes-Rodrigues: obra dramática dispersa” -----
- ✓ Workshop de Viola da Terra (Museu Municipal) -----
- ✓ Torneio de Futebol Serrotes Cup 2025 -----
- ✓ Workshop para crianças dos ATL -----
- ✓ Prova de Caiaque da Vila -----
- ✓ 35.º Torneio de Karaté de São João -----
- ✓ VII Torneio de Xadrez -----
- ✓ Torneio Futsal Masters -----
- ✓ Formalização do acordo de geminação com East Providence -----
- ✓ Recital de Piano – Amélia e Amigos -----
- ✓ Início das obras de requalificação e restauro da Igreja de Santo André -----
- ✓ Programa “Férias no Museu” -----
- ✓ Concertos integrados nas Noites de Verão 2025 -----
- ✓ Inauguração da exposição “Caminho Sobre Lava” de Pat Loucks (Centro Cultural)
- ✓ Dia Mundial das Bibliotecas (Biblioteca Municipal) -----
- ✓ Passeio ao Parque da Macela (Programa Seniores Ativos 60+) -----
- ✓ Dia Mundial da Juventude -----
- ✓ Inauguração da exposição “Eh rapazim aonde vás?” de Francisco Lagoa (Centro Cultural) -----
- ✓ Passeio à Povoação e churrasco no Merendário Pôr do Sol (Programa Seniores Ativos 60+) -----



*[Handwritten signatures]*

**Relatório Financeiro**  
*Situação a 29/08/2025*

Caixa e bancos	3 854 337,24
Empréstimos (M/L Prazo)	0,00
Empréstimos do FAM	28 546 375,60
Clientes conta corrente	231 829,73
Utentes conta corrente	76 778,22
Total de clientes e utentes	308 607,95
Fornecedores de conta corrente	353 969,73
Fornecedores de bens de investimento	7 555,03
Cauções	267 395,67

A Presidente da Câmara Municipal referiu que, no documento entregue a todos, encontrava-se informação sobre as obras que decorriam e outras que aguardavam início, acrescido de informação sobre as atividades culturais, sociais e desportivas realizadas, e, por fim, do relatório financeiro. Mais disse estar disponível para esclarecimentos adicionais. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**PONTO DOIS – I. N.º 8950/2025 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - AJUSTE DIRETO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA MORADIA SITA NA RUA DA CRUZ À RIBEIRA, N.º 11 - RIBEIRA SECA - VILA FRANCA DO CAMPO -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva reunião ordinária que teve lugar a 10/09/2025 e que a seguir se transcreve: -----

“Considerando que: -----





- a. *na sequência da adjudicação da empreitada de obra pública intitulada “Conservação e beneficiação da moradia sita na Rua da Cruz à Ribeira, n.º 11 - Ribeira Seca - Vila Franca do Campo”, realizada no âmbito do procedimento de ajuste direto que correu com o n.º 50/2025, através da deliberação da Câmara Municipal (DL n.º 93-A/2025 - I n.º 8570/2025), na reunião ordinária pública de 30 de julho de 2025, cujo prazo de execução é o de 8 (oito) meses, torna-se necessário dar início ao procedimento para efeitos de aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada em causa, pelo período correspondente ao da execução da obra; -----*
- b. *constitui, assim, pretensão da Autarquia desencadear o procedimento contratual que se mostrar mais adequado à concretização dos objetivos delineados, respeitando a tramitação prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores e, subsidiariamente, o Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP); -----*
- c. *as entidades adjudicantes regionais devem adotar, na formação de contrato cujo objeto abranja prestações que estão, ou sejam suscetíveis de estar, submetidas à concorrência de mercado, um dos procedimentos previstos nas alíneas a) a f) do n.º 1 do art.º 14.º do citado Decreto Legislativo Regional, sendo que nos termos da alínea e) do n.º 2 do mesmo artigo, consideram-se submetidas à concorrência de mercado, designadamente, as prestações típicas abrangidas pelo objeto do contrato de aquisição de serviços; -----*
- d. *nos termos do art.º 20.º, al. a) do referido diploma, no caso de contratos de aquisição de serviços a adjudicar pelas entidades adjudicantes regionais referidas nos n.ºs 1 e 2 do art.º 2.º, entre as quais se enquadram as autarquias locais, a escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a 75.000,00€; -----*
- e. *nos termos do disposto no art.º 36.º, n.º 1 do CCP, aplicável subsidiariamente por remissão expressa prevista no art.º 25.º do citado Decreto Legislativo Regional, a decisão de contratar cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, determinando o art.º 38.º do CCP que a decisão de escolha do procedimento de formação do contrato, de acordo com as regras fixadas no mesmo diploma, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, bem como a aprovação das peças do procedimento, cfr. n.º 2 do art.º 40.º do CCP; -----*
- f. *nos termos do disposto do art.º 33.º, n.º 1, al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, compete à Câmara Municipal aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; -----*
- g. *conforme resulta das peças do procedimento em causa, o valor do preço base corresponde a 5.100,00€ (cinco mil e cem euros), a que acrescem os impostos legalmente devidos, e o prazo ali fixado para a prestação dos serviços de fiscalização e coordenação da obra é o de 8 (oito) meses, correspondente ao*



lt  
A  
tu

- prazo da execução da empreitada, pelo que mesmo que seja dado início ao procedimento de contratação pública no corrente ano, certamente transitará para 2026, verificando-se, assim, que a despesa em causa é plurianual; -----
- h. de acordo com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas) a assunção de compromissos plurianuais, “independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas” está sujeita, no que às entidades da administração local respeita, a autorização prévia da Assembleia Municipal; -----
- i. importava, por isso, e desde logo, solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogada pela Lei dos Compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro); -----
- j. a próxima sessão da Assembleia Municipal apenas irá ocorrer no mês de setembro, cuja data ainda não se conhece, sendo que o agendamento de uma sessão extraordinária daquele Órgão acarretaria custos adicionais para o orçamento municipal; -----
- k. urge dar início ao procedimento de contratação pública de ajuste direto necessário para aquisição dos serviços de fiscalização e coordenação da segurança da obra em referência, de modo a permitir o seu arranque logo que a tramitação se mostre concluída, o que implica a aprovação da despesa inerente, não se encontrando inconveniente na aprovação do compromisso plurianual pela Câmara Municipal, cujo montante é reduzido, e que os seus efeitos fiquem condicionados a ratificação daquele órgão deliberativo, retroagindo a deliberação da Assembleia Municipal à data da presente deliberação; -----
- l. no âmbito dos procedimentos de contratação pública previstos no Código dos Contratos Públicos, salvo nos casos previstos no respetivo art.º 95.º, é necessária ou exigível a redução do contrato a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, cfr. o disposto no n.º 1 do art.º 94.º do referido diploma, aplicável subsidiariamente por remissão expressa prevista no art.º 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro; -----
- m. nos casos em que a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, faz parte integrante do mesmo um clausulado que, entre outros elementos, deve conter a identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do art.º 290.º-A, cfr. art.º o disposto no art.º 96.º, n.º 1, al. i) do CCP, aplicável subsidiariamente por remissão expressa prevista no art.º 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro; -----
- n. nos termos do art.º 96.º, n.º 7 do CCP, são nulos os contratos a que falte algum dos elementos essenciais referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1, salvo se os mesmos constarem dos documentos identificados no n.º 2; -----





*o. conforme determina o n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, aplicável subsidiariamente ex vi do art.º 72.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste; -----*  
*Assim, face aos considerandos supra enunciados, e ao abrigo das disposições legais acima citadas, propõe-se à Câmara Municipal que delibere: -----*

- 1. Autorizar a aprovação de abertura de um procedimento por ajuste direto para a celebração do contrato de aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de “Conservação e beneficiação da moradia sita na Rua da Cruz à Ribeira, n.º 11 - Ribeira Seca - Vila Franca do Campo”, nos termos da alínea a) do art.º 20.º do Dec. Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, ficando os seus efeitos condicionados a ratificação pela Assembleia Municipal, com efeitos retroativos à data da presente deliberação, da aprovação da assunção do compromisso plurianual pela Câmara Municipal resultante do encargo a suportar com tal procedimento, nos termos aqui deliberados; -----*
- 2. Autorizar, com efeitos imediatos, a realização da despesa plurianual correspondente ao valor do preço base do procedimento em causa, fixado em 5.100,00€ (cinco mil e cem euros), a que acrescem os impostos legalmente devidos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Dec.- Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril; -----*
- 3. Submeter, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a ratificação pela Assembleia Municipal, com efeitos retroativos à data da presente deliberação, a proposta de aprovação da assunção do compromisso plurianual pela Câmara Municipal resultante do encargo a suportar com o procedimento de contratação pública de ajuste direto necessário para a aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada em causa, nos termos do número antecedente, prestando-lhe informação regular sobre o compromisso plurianual assumido; -----*
- 4. Aprovar as peças do procedimento em anexo (Convite e o Caderno de Encargos), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos;*
- 5. Determinar, ao abrigo do disposto no art.º 113.º do CCP, aplicável subsidiariamente por força remissão expressa prevista no art.º 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, que seja convidada a seguinte entidade para apresentar proposta: -----*
  - NRV | Norvia - Consultores de Engenharia, SA, com sede na Av. da Europa, Edifício Encosta do Rio, 10, 5000-557 Vila Real; e -----*
- 6. Designar como gestor do contrato que vier a ser formado na sequência do procedimento de ajuste direto, para cumprimento do disposto no art.º 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o Dr. Orlando José Xavier Cabral de Melo, a exercer funções nesta Câmara Municipal”. -----*





A Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um compromisso plurianual, com prazo de execução de oito meses, sendo que o ajuste direto se destinava à aquisição do serviço de fiscalização e segurança. Mais disse que o preço-base era de 5.100,00€ (cinco mil e cem euros). -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por unanimidade. -----

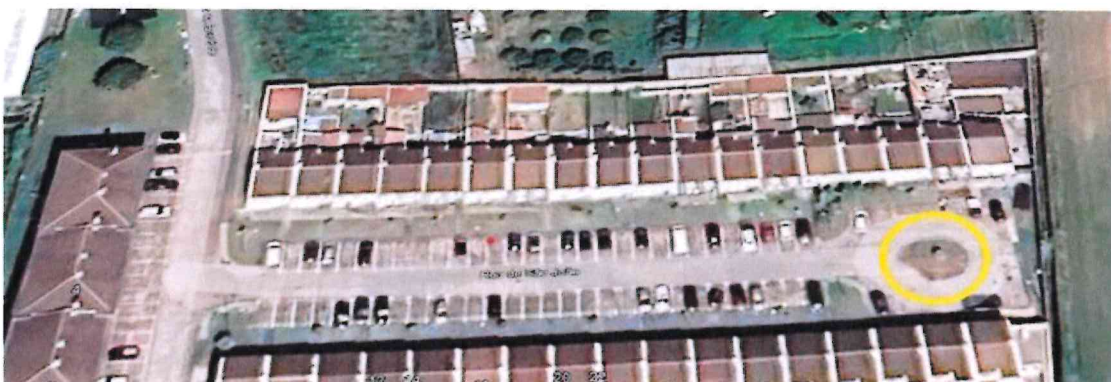
**PONTO TRÊS – I. N.º 8970/2025 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA ROTUNDA DA RUA DE SÃO JOÃO (LOTEAMENTO DE SÃO JOÃO) - FREGUESIA DE RIBEIRA SECA -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva reunião ordinária que teve lugar a 13/08/2025 e que a seguir se transcreve: -----

“Considerando que: -----

- a. *na Rua de São João (Loteamento de São João), na freguesia da Ribeira Seca (junto à rotunda) existe uma fossa séptica de drenagem de águas residuais do respetivo loteamento, a qual carece de limpeza e manutenção frequentes por parte da Câmara Municipal; -----*
- b. *verifica-se a necessidade de proceder, várias vezes por semana, à remoção e sucção das águas residuais, com vista a prevenir inundações naquela zona e nas habitações circundantes; -----*
- c. *os estacionamento abusivos em plena rotunda sita à Rua de São João têm vindo a criar constrangimentos na circulação em condições de segurança, em especial dos veículos que executam tais trabalhos de limpeza e manutenção; -----*
- d. *nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta; -----*
- e. *por sua vez, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, cfr. alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da citada Lei; -----*

*Com os fundamentos acima invocados, ao abrigo das disposições acima mencionadas, e pese embora que já decorra da lei a proibição de paragem ou estacionamento nas rotundas, propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da referida competência, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a colocação de sinalização horizontal (M13) e vertical (C15) de proibição de estacionamento junto à entrada da rotunda da Rua de São João (Loteamento de São João), na freguesia da Ribeira Seca, neste concelho, reforçando a proibição de paragem ou estacionamento de veículos”. -----*







A Presidente da Câmara Municipal referiu que se relacionava com a proibição de estacionamento na rotunda da Rua de São João no Loteamento de São João, considerando que existia uma fossa séptica de drenagem de águas residuais no local e cuja limpeza regular era, por vezes, afetada, devido à existência de automóveis estacionados na rotunda. Mais disse que o camião de recolha de resíduos também tinha dificuldade em efetuar manobras no local pelos mesmos motivos e realçou que, embora já fosse proibido estacionar em rotundas, muitas pessoas não entendiam e, com vista à melhoria da circulação rodoviária no espaço, pretendiam instalar sinalização de proibição vertical e horizontal. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO QUATRO – I. N.º 9403/2025 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - AJUSTE DIRETO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO CONCELHO DE VILA FRANCA DO CAMPO -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva reunião ordinária que teve lugar a 10/09/2025 e que a seguir se transcreve: -----

“Considerando que: -----

- a. *na sequência da adjudicação da empreitada de obra pública intitulada “Repavimentação de diversas ruas no concelho de Vila Franca do Campo”, realizada no âmbito do concurso público que correu seus termos com o n.º 6/2025, na plataforma eletrónica [VortalGov | VORTAL](#), através da deliberação anterior da Câmara Municipal, que teve lugar na presente reunião ordinária pública, cujo prazo de execução é o de 4 (quatro) meses, torna-se agora necessário dar início ao procedimento de contratação pública com vista à aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada em causa, pelo período correspondente ao da execução da obra; -----*
- b. *constitui, assim, pretensão da Autarquia desencadear o procedimento contratual que se mostrar mais adequado à concretização dos objetivos delineados, respeitando a tramitação prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores e, subsidiariamente, o Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP); -----*
- c. *as entidades adjudicantes regionais devem adotar, na formação de contrato cujo objeto abranja prestações que estão, ou sejam suscetíveis de estar, submetidas à concorrência de mercado, um dos procedimentos previstos nas alíneas a) a f) do n.º 1 do art.º 14.º do citado Decreto Legislativo Regional, sendo que nos termos da alínea e) do n.º 2 do mesmo artigo, consideram-se submetidas à concorrência de mercado, designadamente, as prestações típicas abrangidas pelo objeto do contrato de aquisição de serviços; -----*



- d. *nos termos do art.º 20.º, al. a) do referido diploma, no caso de contratos de aquisição de serviços a adjudicar pelas entidades adjudicantes regionais referidas nos n.ºs 1 e 2 do art.º 2.º, entre as quais se enquadram as autarquias locais, a escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a 75.000,00€; -----*
- e. *nos termos do disposto no art.º 36.º, n.º 1 do CCP, aplicável subsidiariamente por remissão expressa prevista no art.º 25.º do citado Decreto Legislativo Regional, a decisão de contratar cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, determinando o art.º 38.º do CCP que a decisão de escolha do procedimento de formação do contrato, de acordo com as regras fixadas no mesmo diploma, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, bem como a aprovação das peças do procedimento, cfr. n.º 2 do art.º 40.º do CCP; -----*
- f. *nos termos do disposto do art.º 33.º, n.º 1, al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, compete à Câmara Municipal aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; -----*
- g. *conforme resulta das peças do procedimento em causa, o valor do preço base corresponde a 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros), a que acrescem os impostos legalmente devidos, e o prazo ali fixado para a prestação dos serviços de fiscalização e coordenação da obra é o de 4 (quatro) meses, correspondente ao prazo da execução da empreitada, pelo que mesmo que seja dado início ao procedimento de contratação pública no corrente ano, certamente transitará para 2026, verificando-se, assim, que a despesa em causa é plurianual; -----*
- h. *de acordo com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas) a assunção de compromissos plurianuais, “independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas” está sujeita, no que às entidades da administração local respeita, a autorização prévia da Assembleia Municipal; -----*
- i. *importava, por isso, e desde logo, solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogada pela Lei dos Compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro); -----*
- j. *a próxima sessão da Assembleia Municipal apenas irá ocorrer no mês de setembro, sendo que o agendamento de uma sessão extraordinária daquele Órgão acarretaria custos adicionais para o orçamento municipal; -----*
- k. *urge dar início ao procedimento de contratação pública de ajuste direto necessário para aquisição dos serviços de fiscalização e coordenação da segurança da obra em referência, de modo a permitir o seu arranque logo que a tramitação se mostre concluída, o que implica a aprovação da despesa inerente,*





*não se encontrando inconveniente na aprovação do compromisso plurianual pela Câmara Municipal, cujo montante é reduzido, e que os seus efeitos fiquem condicionados a ratificação daquele órgão deliberativo, retroagindo a deliberação da Assembleia Municipal à data da presente deliberação; -----*

- l. no âmbito dos procedimentos de contratação pública previstos no Código dos Contratos Públicos, salvo nos casos previstos no respetivo art.º 95.º, é necessária ou exigível a redução do contrato a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, cfr. o disposto no n.º 1 do art.º 94.º do referido diploma, aplicável subsidiariamente por remissão expressa prevista no art.º 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro; -----*
- m. nos casos em que a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, faz parte integrante do mesmo um clausulado que, entre outros elementos, deve conter a identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do art.º 290.º-A, cfr. art.º o disposto no art.º 96.º, n.º 1, al. i) do CCP, aplicável subsidiariamente por remissão expressa prevista no art.º 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro; -----*
- n. nos termos do art.º 96.º, n.º 7 do CCP, são nulos os contratos a que falte algum dos elementos essenciais referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1, salvo se os mesmos constarem dos documentos identificados no n.º 2; -----*
- o. conforme determina o n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, aplicável subsidiariamente ex vi do art.º 72.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste; -----*

*Assim, face aos considerandos supra enunciados, e ao abrigo das disposições legais acima citadas, propõe-se à Câmara Municipal que delibere: -----*

- 1. Autorizar a aprovação de abertura de um procedimento por ajuste direto para a celebração do contrato de aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de “Repavimentação de diversas ruas no concelho de Vila Franca do Campo”, nos termos da alínea a) do art.º 20.º do Dec. Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, ficando os seus efeitos condicionados a ratificação pela Assembleia Municipal, com efeitos retroativos à data da presente deliberação, da aprovação da assunção do compromisso plurianual pela Câmara Municipal resultante do encargo a suportar com tal procedimento, nos termos aqui deliberados; -----*
- 2. Autorizar, com efeitos imediatos, a realização da despesa plurianual correspondente ao valor do preço base do procedimento em causa, fixado em 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros), a que acrescem os impostos legalmente devidos, ao abrigo do alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Dec.- Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril; -----*
- 3. Submeter, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a ratificação pela Assembleia*



*Municipal, com efeitos retroativos à data da presente deliberação, a proposta de aprovação da assunção do compromisso plurianual pela Câmara Municipal resultante do encargo a suportar com o procedimento de contratação pública de ajuste direto necessário para a aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada em causa, nos termos do número antecedente, prestando-lhe informação regular sobre o compromisso plurianual assumido; -----*

- 4. Aprovar as peças do procedimento em anexo (Convite e o Caderno de Encargos), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos;*
- 5. Determinar, ao abrigo do disposto no art.º 113.º do CCP, aplicável subsidiariamente por força remissão expressa prevista no art.º 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, que seja convidada a seguinte entidade para apresentar proposta: -----*
  - VHM AÇORES, LDA, pessoa coletiva número 514229519, com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 242, piso 3, sala 305, 4050-318 Porto; e -----*
- 6. Designar como gestor do contrato que vier a ser formado na sequência do procedimento de ajuste direto, para cumprimento do disposto no art.º 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o Dr. Orlando José Xavier Cabral de Melo, a exercer funções nesta Câmara Municipal". -----*

A Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um ajuste direto com a duração de execução da obra, quatro meses, destinado à aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e com o valor-base de 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros). -----

O deputado municipal Bruno Paiva questionou se, no âmbito da requalificação do pavimento das vias, estava prevista, igualmente, a requalificação dos passeios, destacando o mau estado dos passeios da Rua do Penedo. Prosseguiu questionando se, durante as obras de repavimentação, os parquímetros do Largo Bento de Góis e da Casa Cheia poderiam ser isentos de pagamento, considerando os graves problemas de estacionamento na área. -----

A Presidente da Câmara Municipal recordou que não podiam atuar no parque da Casa Cheia por este não ser propriedade da autarquia, podendo, no entanto, contactar o seu proprietário e tentar fazer diligências naquele sentido. Relativamente aos passeios, referiu que os mesmos não seriam contemplados durante a repavimentação das ruas. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira apelou para que todos tivessem mais cautela relativamente ao estacionamento em cima dos passeios, considerando que danificavam os mesmos e impediam a circulação em caso de catástrofe. Prosseguiu apelando ao bom senso, considerando que, quando este faltava, nenhuma lei impedia que alguém cometesse um crime, mesmo por negligência e não apenas por dolo. -----

O deputado municipal Bruno Paiva relatou que, no caso da Rua do Penedo, as linhas de estacionamento se encontravam em cima dos próprios passeios, pelo que os automobilistas não tinham outra escolha. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira referiu que, embora houvesse autorização de estacionamento em cima dos passeios, muitos estacionavam totalmente em cima destes,





inclusive em curvas e linhas amarelas colocadas pela autarquia na referida zona. Mais disse que também ocorria estacionamento que não era considerado paragem durante mais de oito horas diárias, para recolha de materiais de construção civil. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que, embora a sua colega tivesse razão, os automobilistas tinham de estacionar daquela forma por não terem sido disponibilizadas alternativas anteriormente. Mais disse que o estacionamento deveria ser uma prioridade e que era uma responsabilidade dos governos. Prosseguiu questionando o motivo de não terem incluído os passeios na requalificação. -----

No uso da palavra que lhe foi conferido, o Vice-presidente da Câmara Municipal, Carlos Pimentel, realçou que a zona que seria asfaltada seria a zona baixa do concelho, nomeadamente o Largo Bento de Góis e a sua área envolvente, reconhecendo que alguns passeios se deveriam encontrar bastante danificados na zona. Prosseguiu recordando que os passeios da referida área eram de pequena dimensão e com larguras restritas, sendo necessário o estacionamento em cima dos mesmos nalgumas vias. Mais disse que os passeios deveriam estar incluídos na requalificação, mas que, como eram de pequena monta, a autarquia teria oportunidade de os retificar pessoalmente, a seu tempo, embora esta retificação fosse durar pouco, derivado do excesso de estacionamento nas vias e da passagem frequente de veículos pesados, os quais eram obrigados a utilizar parte dos passeios para poderem circular, danificando os mesmos. Terminou convicto de que, futuramente, seriam repensadas soluções de forma a resolver o problema da falta de estacionamento. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira referiu que o problema relatado anteriormente pelo deputado municipal Hélder Medeiros, era um problema geral não exclusivo do concelho, sendo um problema social. Recordou que a maioria dos edifícios públicos do concelho se localizam no centro, sendo que uma solução seria a construção de um parque de estacionamento vertical, tais como alguns existentes nalguns edifícios de Ponta Delgada (Parque Atlântico, Escola Domingos Rebelo). Prosseguiu dizendo que, frequentemente, existiam lugares de estacionamento que não eram utilizados porque não se localizavam perto das moradias de alguns munícipes, sendo compreensível que se tratasse de uma questão de comodidade. Referiu que cada moradia possui, em média, três veículos que necessitam de estacionamento, sendo que, se a tendência continuasse, nenhum organismo público teria capacidade de resolver o problema no futuro. -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que todas as intervenções eram válidas, considerando que ninguém tinha “soluções mágicas” para o problema da falta de estacionamento, e que estas eram construídas ao longo do tempo, sendo uma questão que seria discutida frequentemente no futuro. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com uma abstenção do PSD). -----

**PONTO CINCO – I. N.º 8286/2025 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE  
MOTORIZAÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO  
MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO – 2.º TRIMESTRE 2025 -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi disponibilizada documentação relativa ao



Relatório de Monitorização Trimestral do Programa de Ajustamento do Município de Vila Franca do Campo – 2.º Trimestre de 2025: -----

A Presidente da Câmara Municipal informou que, na generalidade, tinham sido cumpridas todas as medidas contratualizadas e que os valores de referência tinham sido atingidos. -----

O deputado municipal Alexandre Duarte, no uso da palavra que lhe foi conferido, referindo-se aos valores documentados relativos à dívida financeira do município e que incluíam o reequilíbrio financeiro contratualizado antes de 2019 que expurgava os valores das dívidas das empresas internalizadas, questionou qual o valor correspondente ao pagamento à Caixa Geral de Depósitos relativo à antiga empresa municipal Gesquelhas. A Presidente da Câmara Municipal referiu que registaria a questão, consultaria a quem de direito e far-lhe-ia chegar a resposta. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que o dossier relativo ao empréstimo era o mais fundamental do concelho, e que o executivo camarário atual tinha optado por realizar um novo empréstimo com término de pagamento em 2045, para pagar à Caixa de Geral de Depósitos, de forma a pagar a vulgarmente conhecida “dívida do Rui Melo”, cujo término de pagamento deveria ter ocorrido em 2024, e realizando um novo empréstimo em 2019, continuando o concelho com as taxas municipais de IMI, saneamento, no máximo, assim como os constrangimentos que a autarquia continuaria a sofrer no que respeitava ao desenvolvimento dos seus investimentos e da sua atividade, como o ter de pedir autorizações ao FAM. Prosseguiu dizendo que a Presidente da Câmara Municipal tinha estado presente durante o processo de negociação, pelo que não entendia como ser possível que não soubesse qual o valor pago à Caixa Geral de Depósitos. Prosseguiu dizendo que pagavam valores muito avultados à Caixa Geral de Depósitos quando esta tinha perdoado aquele tipo de dívidas no país inteiro, sendo que, aquando da aprovação do mais recente empréstimo do FAM, recordou que votou contra e apresentou uma declaração de voto referindo o mesmo que dizia naquele momento, derivado de se tratar de uma dívida inquebrável, as quais, após a Troika, foram pagas pelo Fundo de Resolução de forma a que a Banca e o Tesouro suportassem o período pós-troika com estabilidade. Prosseguiu dizendo que a Caixa Geral de Depósitos tinha perdoado as dívidas, em todas as parcerias público-privadas que não tinham tido sucesso, como nos casos dos municípios de Nordeste e Povoação (piscinas municipais). Realçou que, na mesma altura, questionaram o motivo do porquê de terem de pagar milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos quando esta estava a perdoar a outros. Referiu que o tempo lhe deu razão, sendo que, em fevereiro de 2024, foi noticiado que grande parte da dívida do Município de Povoação tinha sido perdoadada, passando de mais de vinte milhões para dois milhões e tal de euros, tal como já tinha ocorrido no Município de Nordeste, sendo que, no caso de Vila Franca do Campo, tinham contraído um novo empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, o qual continuaria a exigir taxas municipais elevadas e a repetir os mesmos constrangimentos anteriores da autarquia até 2042, quando, na verdade, não tinham de o pagar. Referiu que colocou a mesma questão aquando da sessão anterior ocorrida na freguesia de Ribeira das Tainhas, durante a qual o Presidente da Câmara Municipal anterior teria fingido não ter ouvido a pergunta. Prosseguiu dizendo que, quem





decidiu anteriormente, tomou uma má opção que congestionou a vida dos munícipes, mas que desconhecer o montante entregue à Caixa Geral de Depósitos não deveria requerer um pedido de documentação a outros, mas que concedia que a Presidente da Câmara Municipal necessitasse de o requerer, pedindo que fosse informado posteriormente. ----- A Presidente da Câmara Municipal referiu que não se sentia penalizada por desconhecer o valor naquele momento. -----

O deputado municipal Emanuel Santos recordou que a dívida que se referiam tinha sido criada pelo Partido Social Democrata, tendo sido explicado pelo Presidente da Câmara Municipal anterior que, ao contrário de outros municípios cujos equipamentos municipais no valor de milhões de euros estavam abandonados, a opção do município vila-franquense foi a de utilizar o pavilhão multiusos Açor Arena em função do desenvolvimento de atividades das associações do concelho, como o futsal ou basquetebol. Prosseguiu dizendo que o pagamento efetuado à Caixa Geral de Depósitos também tinha sido explicado anteriormente, relacionado com a premissa de que dívidas deveriam ser pagas a quem de direito. Prosseguiu dizendo que, de facto, o IMI esteve no seu valor máximo antes, mas que já não se encontrava no presente, estando a descer gradualmente derivado da boa execução financeira da autarquia entre as receitas correntes e as despesas, pelo que o FAM autorizava a descida de algumas taxas. Prosseguiu dizendo que o deputado municipal Hélder Medeiros tinha dito que não tinha ocorrido investimento no concelho, não sendo verdade, considerando que a primeira fase de ampliação do parque industrial estava concluída, ou o mercado municipal e os recintos desportivos que sofreram remodelações, tratando-se de obras não relacionadas com a dívida. Referiu que foi afirmado anteriormente que a dívida municipal estava controlada, o que permitia realizar investimentos e direccionar mais verbas para associações e outros projetos. Recordou que, mesmo com a dívida, a autarquia apoiou as empresas durante a pandemia por COVID19, sendo que, embora existisse uma dívida, tinham a mesma controlada, estando-a a pagar e com condições para executar bons investimentos futuros. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros começou por dizer que ficava satisfeito por haver alguém que tinha conhecimento que tinham sido entregues doze milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos. Prosseguiu dizendo que nenhum dos deputados municipais presentes na sua bancada parlamentar tinha sido responsável pela criação da dívida anterior e que esta era anterior a 2009. Referiu que a dívida seria paga, na totalidade, em 2019, tendo sido o executivo atual que tinha tomado a decisão de contrair uma nova dívida. Referiu que a taxa de IMI tinha baixado e que tinham sido aprovados quatrocentos mil euros para reparações no pavilhão multiusos Açor Arena, mas que este se encontrava bastante degradado. Referiu que o IMI tinha sofrido três descidas, estando a primeira relacionada com o Orçamento de Estado de 2018 que baixou esta taxa em todas as câmaras municipais, e outras duas descidas autorizadas pelo FAM, não estando relacionadas com a execução financeira e tendo sido igual para todos. Mais disse que, relativamente à execução financeira, a autarquia recebia mais do que esperava e gastava mais do que devia, relatando o gasto-limite de oitocentos mil euros. Referiu que as despesas correntes sofreram aumentos contínuos desde 2014 e que, em setembro de 2025, deviam mais do que no período homólogo de 2010. Referiu que estavam a pagar uma dívida há dezasseis





anos e que, presentemente, deviam mais do que aquando do início do pagamento. Prosseguiu dizendo que, até à data, ninguém lhe tinha explicado a existência de mais de um milhão de euros em despesas correntes que não constavam de nenhuma rubrica específica, desconhecendo a causa destas despesas que se encontravam no orçamento, embora não constassem de nenhuma rubrica, e considerando que o Tribunal de Contas e a lei referiam que, no máximo, apenas poderia constar 5% (cinco) do orçamento médio de uma autarquia, sendo que, no caso de Vila Franca do Campo, tinham ultrapassado os 10% (dez). Prosseguiu relatando um *post* seu, no qual uma instituição nacional referia que, da execução da dívida da autarquia, o rácio da dívida tinha tido um aumento de 300% (trezentos), encontrando-se o concelho no top3 das autarquias mais endividadas de Portugal, em risco de falência técnica, ao lado de Fornos de Algodres e Carregal do Sal. Referiu que a execução financeira tinha tido momentos bons, tendo congratulado o Presidente da Câmara Municipal anterior pelo facto, mas que eventualmente descambou. A Presidente da Câmara Municipal referiu que o deputado municipal Hélder Medeiros quase dava a entender que a dívida tinha aumentado, recordando que, inicialmente, esta se situava nos 52.000,00€ (cinquenta e dois milhões de euros) e, atualmente, era de 28.546.375,60€ (vinte e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco mil euros e sessenta centimos), com um mapa de pagamento calendarizado, cabimentado e com uma taxa de 1,75%, inicial e de 0,95%, no presente. Prosseguiu dizendo que faziam um trabalho sério, sem nada a esconder, desenvolvendo o possível de acordo com as necessidades das pessoas. Terminou dizendo ser inaceitável que se afirmasse que a autarquia devia mais do que no passado. -----

A deputada municipal Helena Ponte, no uso da palavra que lhe foi conferida, começou por que recordar que, inicialmente, a autarquia tinha uma certa dívida, mas que, a determinada altura, foi necessário internalizar as empresas municipais deficitárias que davam prejuízo, cujos passivos integrados contribuíram para um aumento considerável da dívida municipal. Prosseguiu dizendo que não podiam apenas dizer que o resultado era exclusivo da ação do executivo camarário, por se tratar de um problema derivado de outro anterior, sendo que a dívida tinha aumentado bastante, mas tinha de ser paga. -----

O deputado municipal Flávio Pacheco recordou que também tinha ocorrido um perdão significativo de juros, sendo que a autarquia pagava, anualmente, mais de um milhão de euros, e, atualmente, aproximadamente duzentos mil euros, sendo uma descida significativa para a gestão corrente diária da autarquia, considerando que esta necessita de um fundo de maneo para poder desenvolver a sua atividade, pagando a sua dívida, ao mesmo tempo que conseguia financiamento para investimentos sérios que o concelho necessitava e não obras desnecessárias. -----

O deputado municipal Alexandre Amaral, no uso da palavra que lhe foi conferido, recordou, ao deputado municipal Hélder Medeiros, que, de facto, não havia ninguém, na sua bancada parlamentar, que tivesse sido pessoalmente responsável pela dívida que o município contraiu, mas havia a Presidente da Assembleia Municipal atual que, na altura, exercia a função de Vice-presidente da autarquia, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal Rui Melo. -----





A Presidente da Assembleia Municipal questionou se o deputado municipal Alexandre Amaral tinha alguma questão a colocar, recordando que, quando se candidatavam a qualquer cargo e venciam, herdavam o que era bom e menos bom, pelo que quem não pretendia tais heranças, não se candidatava. Prosseguiu referindo que, embora fosse verdade a existência de uma dívida, também havia muita obra executada, não esquecida e recordada com cada vez mais frequência. Terminou dizendo que aquele não era o caminho que a Assembleia Municipal devia percorrer, sendo que lamentava a atitude do deputado municipal Alexandre Amaral que tinha conseguido estragar o esforço coletivo que estavam a fazer desde o início da sessão para elevar o nível do debate. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira recordou que quando contraíam uma dívida para adquirir habitação, eventualmente tinham de a pagar, sendo que, se a autarquia liquidasse, na totalidade, a dívida com a Caixa Geral de Depósitos, deixaria de ter condições para determinadas atividades, como pinturas. Prosseguiu dizendo que, se um agregado familiar de quatro pessoas tivesse uma dívida de um milhão de euros, cada qual seria responsável por duzentos e cinquenta mil euros da mesma, mas se o mesmo agregado fosse composto por dez indivíduos, cada qual passaria a ser responsável por cem mil euros, realçando que, frequentemente, quando falavam em estatísticas e números, faltava o contexto necessário, e de que forma um pequeno valor podia ter vários significados, informando que, de acordo com os últimos censos oficiais, Vila Franca do Campo estava a perder habitantes devido aos problemas mencionados anteriormente, como a falta de habitações, obrigando as pessoas a se mudar para concelhos vizinhos, mas que muitos continuavam a passar grande parte do seu tempo em Vila Franca do Campo, causando impactos diretos, mas eram os vila-franquenses ordeiros, cívicos e respeitadores quem pagava as taxas municipais. -----

O deputado municipal Alexandre Duarte referiu achar ter ocorrido um erro interpretativo por parte do deputado municipal Flávio Pacheco, pois, de acordo com a sua interpretação dos relatórios de monitorização da dívida apresentados nos quatro anos anteriores, não tinha ocorrido nenhum perdão da dívida nem de juros, mas sim uma extensão do período de pagamento, daí ter ocorrido uma redução dos juros pagos anualmente, sendo menor o esforço financeiro para a autarquia. -----

O deputado municipal Arménio Jardim, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu discordar do deputado municipal Alexandre Duarte, recordando que o anterior presidente da câmara municipal se tinha deslocado a Lisboa, tendo sido perdoados cinco milhões de euros de juros relativos ao pavilhão multiusos Açor Arena, estando a autarquia apenas a pagar o edifício, no presente. Prosseguiu dizendo que a autarquia tinha dívidas com juros elevados em duas instituições bancárias, os quais foram pagas, sendo que, atualmente, apenas pagavam uma com um juro mais baixo, constituindo o apuramento de juros referidos pelo deputado municipal Flávio Pacheco, superior a um milhão de euros/ano, inicialmente, e de quatrocentos mil euros/ano, no presente. Prosseguiu dizendo que pagavam juros de 3 a 4%, anteriormente, os quais eram 0,3 a 0,7%, no presente, sendo inferiores. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



**PONTO SEIS – I. N.º 9275/2025 - INFORMAÇÃO - INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA SEMESTRAL – 2025** -----

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi disponibilizada documentação com Informação Financeira Semestral - 2025: -----

*“Conforme determina o artigo 77º número 2 da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro o auditor externo responsável pela certificação legal das contas, remete semestralmente ao Órgão Executivo informação sobre a respetiva situação económica e financeira do Município.*

*Face ao exposto, envio o documento relacionado com o assunto em epígrafe para efeitos de conhecimento, remetendo posteriormente ao Órgão Deliberativo para o mesmo fim”.*

A Presidente da Câmara Municipal referiu que, de forma geral, a execução da despesa e da receita corrente evidenciava níveis de realização consistentes com o planeamento orçamental definido. Prosseguiu dizendo existir uma percentagem mais baixa relativamente à receita de capital, relacionada com o facto de a autarquia ainda não ter sido ressarcida relativamente às candidaturas efetuadas ao IHRU e à ASDEPR. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, considerando que a sessão onde se encontravam era a última do presente mandato, agradeceu a oportunidade concedida e a honra que teve de presidir à Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo. Recordou que as assembleias municipais são a garantia de democracias mais participativas, como também são a prova de que as democracias locais não terminam quando se tomam decisões, mas sim quando se cumprem as deliberações, sendo aos deputados municipais a quem eram entregues tais nobres e exigentes tarefas. Prosseguiu destacando que o funcionamento da Assembleia Municipal se tinha caracterizado por intervenções dos deputados municipais, de forma ativa, inteligente e sem “amarras” de pensamento, com questões de vária ordem, representando os anseios de quem os elegeu. Referiu que o principal objetivo da Assembleia Municipal era o de promover o debate político e aproximar a população à capacidade de decisão dos poderes democráticos. Mais disse que os deputados municipais tinham tal função, garantindo as vozes das pessoas naquele órgão de deliberação municipal. Terminou agradecendo, a todos, pelo empenho, dedicação e responsabilidade manifestada na Assembleia Municipal, sempre em prol dos vila-franquenses, e desejando sucesso a todos. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e uma horas e trinta minutos, a senhora Presidente da Assembleia, Eugénia Leal, declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Bruno Miguel Arruda Machado, Secretário da Mesa da Assembleia, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém vinte e oito folhas. -----

